

Neoliberalismo e estagnação

» PETRONIO PORTELLA FILHO

Doutor em economia pela Universidade de Campinas (Unicamp), é consultor concursado do Senado

Entre 1940 e 1980, o Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil cresceu, em média, 7,33% ao ano comandado pelo investimento público. Mas, a partir dos anos 1980, as políticas “estatizantes” foram substituídas pelo neoliberalismo, doutrina que passou a ser aplicada com radicalismo crescente. O crescimento econômico foi se tornando lento até estagnar. O PIB cresceu 0,3% ao ano desde o impeachment (2016-2021).

Analisemos o que é, na verdade, o neoliberalismo. Ele é uma doutrina que defende que o Estado, diante das questões econômicas, permaneça inerte e seja refém das expectativas do setor privado. Na visão neoliberal, a principal função do presidente do Banco Central é acalmar o sistema financeiro. Acalmar é eufemismo para agradar; os banqueiros só ficam “calmos” quando fazem o que eles querem. E a principal função do ministro da Economia é estimular investimentos privados — outro eufemismo para a distribuição de regalias.

O neoliberalismo defende que o Estado desista de interferir na economia e se torne um estimulador do mercado. Ele se tornou hegemônico porque agrada aos donos do poder. O neoliberalismo é a doutrina do empoderamento dos poderosos.

Existem várias tonalidades de neoliberalismo. Está na moda o ultraliberalismo, que pode ser resumido em cinco palavras: mercado máximo e Estado mínimo. Ele defende que tudo seja privatizado, inclusive o funcionalismo público. Os direitos

trabalhistas devem voltar a ser o que eram no século 18: inexistentes. O ultraliberalismo é o empoderamento extremo dos poderosos.

Essa é a ideologia dos ministros da Fazenda desde 2014, quando Dilma entregou a Fazenda ao Chicago boy Joaquim Levy. De lá para cá, são sete anos em que a economia esteve sempre sob o comando de um ministro ultraliberal — dois treinados por Chicago e um banqueiro.

O impeachment botou em pauta uma agenda de reformas, baseada na idolatria ao mercado e na demonização do Estado. À medida que os anos passam e as reformas são implantadas — e não funcionam —, novas e mais radicais reformas são propostas. Henrique Meirelles aprovou uma reforma trabalhista que destruiu a CLT, depois, botou na Constituição um teto de gastos que é, na verdade, um esmagador de gastos. Paulo Guedes, por sua vez, tenta aplicar no Brasil o ultraliberalismo de Chicago que, segundo ele, “transformou o Chile numa Suíça”.

Guedes mentiu sobre o Chile, e mentiu muito. Em artigo publicado no site da *Alesfe* e no *Correio Braziliense*, *Chilenos finalmente repudiam a Constituição de Pinochet*, apresentei os dados do gigantesco fracasso das reformas de Chicago no Chile. O artigo é fácil de achar no Google. Ele mostra que Pinochet devolveu o Chile aos civis com inflação elevada, duplicação do percentual de pobres e apenas 59% da renda per capita mundial.

O ultraliberalismo não é compatível, no longo

prazo, com a democracia. Cedo ou tarde, a maioria percebe que a qualidade de vida piorou. O povo reage ao alto desemprego e ao aumento abusivo de preços pelas estatais privatizadas. Então, as eleições se tornam um óbice à sobrevivência do ultraliberalismo.

Assim sendo, depois que as reformas revogarem tudo o que for de direito, inclusive a Lei Áurea; depois que privatizarem tudo, só vai faltar uma reforma: “modernizar” a Constituição eliminando as eleições. Pois, aquela altura, o único direito que vai restar aos trabalhadores é o direito ao voto.

Quando Jair Bolsonaro ataca o processo eleitoral, ele não está sendo insano. Está defendendo a sobrevivência do ultraliberalismo de Guedes. Pois é difícil conseguir, em eleições livres, que os eleitores votem pela continuidade da doutrina que botou o Brasil numa trilha de retrocessos econômicos, sociais e políticos.

O ano de 2022 é de eleições presidenciais. Entre os candidatos, o que mais se opôs ao neoliberalismo foi Ciro Gomes. Ele é autor de três livros atacando o neoliberalismo, dos quais destaco *Projeto nacional*. Mas Lula, o candidato que lidera as pesquisas eleitorais, também tem criticado o teto dos gastos e a idolatria ao mercado. A eleição de um ou outro seria importante para salvar o Brasil da armadilha ultraliberal. Como bem ensinou Keynes, o combate ao desemprego e à recessão exige mais Estado não menos Estado.



Ano novo, velhos confrontos

» JOÃO ALFREDO LOPES NYEGRAY

Doutorando em estratégia, professor de geopolítica e negócios internacionais e coordenador do curso de Comércio Exterior na Universidade Positivo (UP)

Uma das marcas do governo de Donald Trump foi a guerra comercial com a China. Ao prometer, em campanha, “fazer a América grande de novo” e retomar a geração de empregos, Trump dificultou a entrada de produtos chineses, ao sobretaxar alguns dos itens vindos do país asiático. A China devolveu a gentileza e, igualmente, sobretaxou produtos estadunidenses. Com a eleição de Joe Biden, a esperança geral era de que a disputa econômica que colocou as maiores economias mundiais em rota de colisão arrefeceria. Não foi o que aconteceu.

Já em 2022, enquanto muito da futura pauta internacional segue incerto, percebe-se que algumas desavenças não dão sinal de diminuir. No início de dezembro, o governo Biden anunciou que não vai enviar representantes diplomáticos às Olimpíadas de Inverno, previstas para ocorrer em Pequim em fevereiro. Esse boicote tem como suposto motivo o abuso aos direitos humanos cometidos pelos chineses. Até agora, o boicote estadunidense — que não afeta a participação dos atletas, mas o relacionamento diplomático entre as nações — foi seguido por Austrália, Reino Unido e Canadá. Os chineses, como era de esperar, declararam que o boicote pode afetar as relações com as nações sabotadoras dos jogos de inverno.

As alegações de que a China viola direitos humanos não são novas. Desde Mao Zedong (ou Mao Tsé-Tung), pessoas são enviadas a campos de trabalho forçado. Entre 1958 e 1962, estima-se que cerca de 45 milhões morreram nesses locais. Relatos atuais dão conta de que esses campos não

apenas seguem existindo, mas também recebendo milhares de pessoas a cada ano.

Em paralelo, está a situação da minoria uigur. Trata-se de um grupo de pessoas praticantes do islamismo, que habitam especialmente a Região Noroeste da China (próxima da fronteira com Paquistão e Afeganistão, cuja capital é Xinjiang), falantes de um idioma muito mais próximo do turco do que do chinês e de caracteres absolutamente diferentes. Antes de Mao, os uigures chegaram a declarar independência, mas foram sufocados pelo regime comunista.

Numa tentativa de “padronizar” sua região noroeste e suprimir potenciais dissidências, o governo de Pequim enviou para a região uigur chineses de etnias tradicionais, falantes do mandarim e de hábitos semelhantes aos da região costeira do país. Desde então, a minoria uigur passou a sofrer discriminações variadas e — de acordo com poucos relatos que chegam de lá — ser enviada para campos de trabalhos forçados. Em dezembro de 2020, surgiram relatos de que os uigures estavam sendo submetidos a jornadas de trabalho extenuantes em lavouras de algodão, num regime de trabalho forçado equivalente à escravidão.

Há poucos dias, notícias sobre pessoas torturadas, espancadas e acorrentadas chegaram até nós. Dissidentes da região de Xinjiang declararam que a mera instalação do aplicativo WhatsApp é suficiente para a detenção. Toda essa situação faz com que potências ocidentais acusam a China de genocídio e crimes contra a humanidade.

Como forma de pressionar o governo de Xi Jinping, os EUA decidiram não enviar representantes para os jogos de inverno. A Rússia de Putin — discordante tradicional das posições estadunidenses — confirmou presença nos jogos. A tentativa chinesa de domínio sobre Hong Kong e suas incursões em espaço aéreo e marítimo de Taiwan também são motivos alegados para o boicote de EUA, Canadá, Reino Unido e Austrália. A União Europeia está, até então, dividida sobre o assunto e nenhuma posição conjunta foi tomada.

Por mais nobre que seja o apoio à causa uigur, o amparo a essas pessoas já deveria ter vindo há tempos. A repressão de Pequim a essa minoria ocorre desde a década de 1990. Os EUA, que agora acusam a China de violar direitos humanos, já patrocinaram ditaduras, depuseram governos e praticaram atos abomináveis na prisão de Guan-tanamo, em Cuba, e de Abu Ghraib, no Iraque. A tortura que os chineses praticam contra os uigures é tão execrável quanto a tortura institucionalizada pela CIA e chamada de “táticas singulares de interrogatório”.

No fundo, a pauta dos direitos humanos, que deveria ser mais cara do que qualquer outra, parece estar sendo utilizada como cortina de fumaça para a manutenção de disputas comerciais. Enquanto esperamos que 2022 nos livre da pandemia e traga boas novidades, os velhos confrontos permanecem: guerra comercial, disputas por áreas de influência e os direitos humanos como preocupação apenas quando convém. Muda o calendário, permanece a hipocrisia.

Impactos ambientais da covid-19

» DOUGLAS MCLINTOSH
Professor na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

A pandemia de covid-19 testou e continua testando a resiliência da humanidade e do planeta em que vivemos. As pessoas foram forçadas a lutar contra um inimigo invisível, que causou centenas de milhões de hospitalizações, mais de 5 milhões de mortes e levou à produção de mais de 8,4 milhões de toneladas de resíduos plásticos em excesso.

A maior parte desse lixo foi gerada por hospitais que lutavam para salvar a vida dos pacientes. E era composta por materiais, como máscaras cirúrgicas, luvas descartáveis, componentes dos kits de teste covid-19, seringas, material de embalagem, produtos de higiene, garrafas de água, pratos e talheres descartáveis e até escovas de dente.

Grande parte desse descarte foi enterrada em aterros. Uma pequena porção foi incinerada, e quase 25 mil toneladas foram lançadas nos oceanos do mundo, sendo mais de 12 mil toneladas na forma de microplásticos (fragmentos de menos de 5 milímetros).

Embora mais difícil de observar do que a contaminação visível de rios e praias com máscaras cirúrgicas ou garrafas plásticas, a poluição dos ambientes marinhos com microplásticos é uma das crises ambientais mais críticas do século 21. O tema foi abordado durante a XI Reunião Anual do IL-SI Brasil (International Life Sciences Institute do Brasil). Essas partículas, aparentemente inofensivas, estão gradual mas continuamente se acumulando e persistindo nas águas superficiais dos oceanos.

Há debate importante sobre a ameaça potencial que representam para a saúde humana, animal e ambiental. Tem se tornado cada vez mais claro que esses poluentes estão entrando nas numerosas teias alimentares que sustentam a vida no planeta, que podem retornar dos mares aos ambientes terrestres por meio do processo de aerossolização, resultando em contaminação atmosférica que pode viajar longas distâncias no vento.

Verificou-se que os microplásticos se associam fortemente a outros poluentes ambientais, como antibióticos e metais pesados. A colonização subsequente de microplásticos contaminados com antibióticos por bactérias resulta na formação de comunidades microbianas, conhecidas como biofilmes, que servem como hotspots para a troca de material genético, incluindo genes associados à resistência a antibióticos, entre as diferentes espécies que habitam esses “condomínios” microbianos.

Essas comunidades de bactérias resistentes a antibióticos são rotineiramente ingeridas por animais marinhos, incluindo peixes e crustáceos, que podem ser consumidos por humanos, mamíferos marinhos e aves, resultando na disseminação dos genes de resistência antimicrobiana e contribuindo para a pandemia global de resistência antimicrobiana, que resultará em mais de 10 milhões de mortes anualmente até 2050.

A humanidade também contaminou o planeta com o vírus Sars-CoV-2 por meio de fezes produzidas por humanos infectados (sintomática e assintomaticamente). Felizmente, apesar de liberar grandes quantidades de partículas virais em praticamente todos os rios do planeta, até agora não houve nenhuma evidência convincente da transmissão fecal-oral do vírus entre humanos ou para outras espécies animais. Em contraste, vários países relataram casos de visons de criação, durante 2020, infectados diretamente por humanos, por via respiratória, e, posteriormente, foram mostrados como uma fonte de novas infecções humanas.

O estudo do Sars-Cov-2 e covid-19 representou um desafio para cientistas que lidam com pacientes infectados, para os que buscam a origem do vírus ou pesquisam exemplos de infecção em animais direta ou indireta, e para aqueles que procuraram revelar os impactos óbvios e ocultos da resposta humana à pandemia no planeta. No entanto, embora seja possível estudar cada um desses aspectos isoladamente, é claro que, para entender completamente como a pandemia aconteceu e o que seus impactos significarão para o planeta a longo prazo, a humanidade deve abordar esse fenômeno usando o conceito de uma saúde única, em que a saúde humana, animal e ambiental podem e devem ser vistas como representantes de componentes indivisíveis do mesmo sistema interconectado que chamamos de Terra.